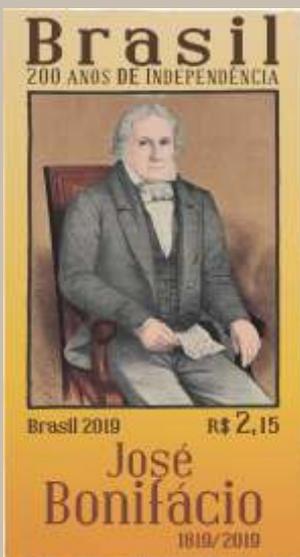




Revolução do Porto

1820



A Comissão Curadora do Bicentenário da Independência
apresenta

Memória da Exposição

Revolução do Porto | 1820

200 anos de Independência
Bicentenário da Revolução do Porto
1820 – 2020



Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social

Há momentos na história em que os eventos se precipitam e décadas de aparente estagnação dão lugar a uma série de acontecimentos extraordinários. Para o Brasil, o primeiro quartel do século XIX foi um desses momentos.

Na Europa, a corrente se iniciou algumas décadas antes, quando os ideais iluministas, que vinham amadurecendo desde os séculos anteriores, fundamentaram a Revolução Francesa. Dentre os efeitos inesperados da Revolução, em 1808, a corte lusitana cruzou os mares e instalou-se na América portuguesa.

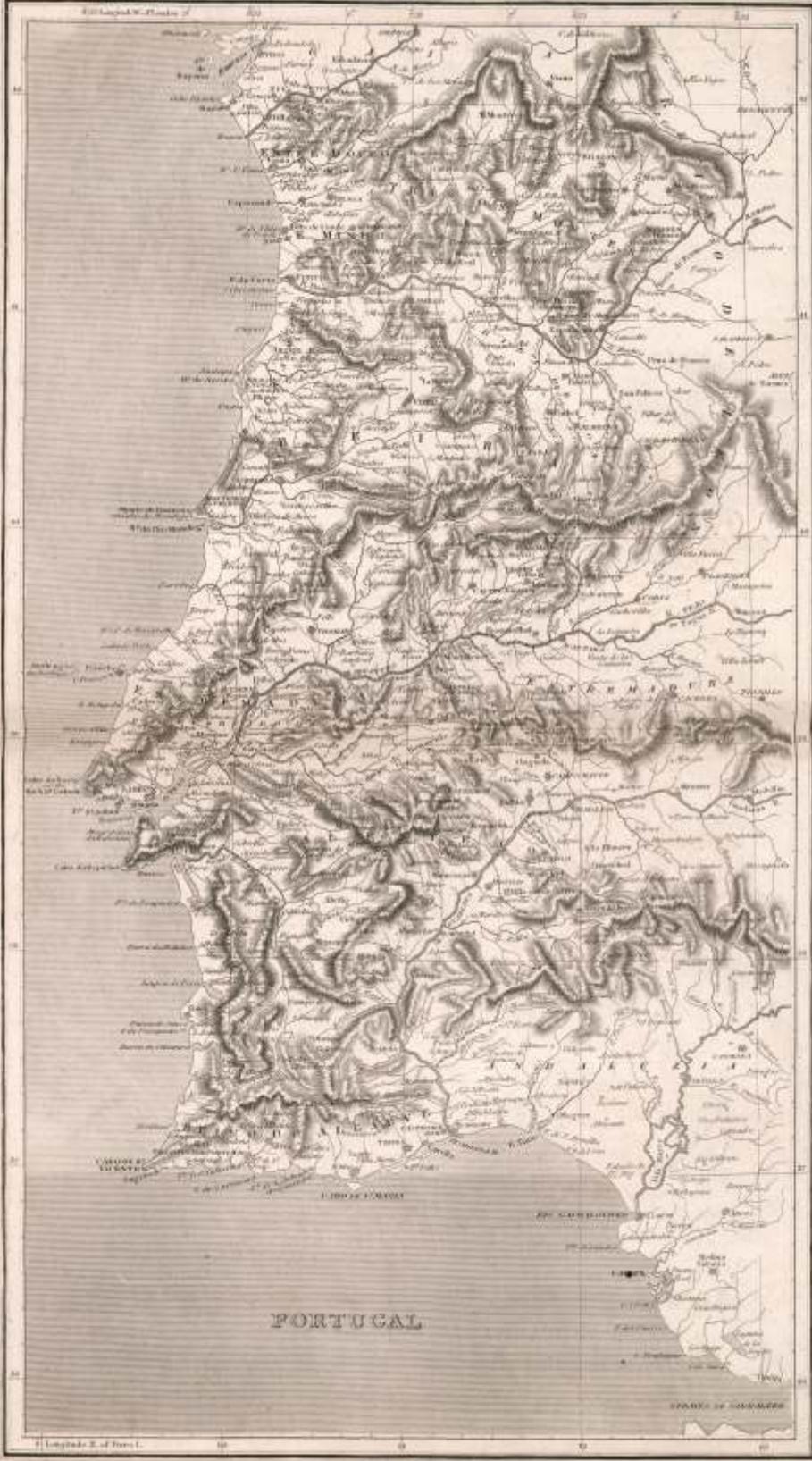
Enquanto para o Brasil iniciam-se as transformações que o levariam a se tornar uma nação independente, em Portugal ocorre uma série de tragédias. Após o crítico período de guerras, Dom João recusa-se a voltar ao Velho Mundo, ao mesmo tempo em que os portugueses, sonhando com a restauração da antiga prosperidade, entram em ebulição. Assim surge a Revolução Constitucionalista do Porto.

Fascinado pelas novidades do século e em solidariedade ao Reino Unido, o Brasil adere entusiasticamente à Revolução e faz com que Dom João não só jure que obedeceria à Constituição que ainda seria escrita, mas também promove o seu retorno a Portugal e elege deputados às Cortes Constituintes de Lisboa.

Os sentimentos, no entanto, eram diferentes no outro lado do oceano. Em flagrante minoria, os deputados brasileiros não são capazes de fazer nada além de bradar contra as intenções das cortes, que querem fazer recuar o tempo e retomar o domínio sobre a antiga colônia. Apesar de todos os esforços, a monarquia bragantina se fragmenta, e o Brasil vê-se compelido a seguir seu caminho só.

É a história dessa revolução e a atividade dos primeiros deputados brasileiros, passos marcantes no caminho para a emancipação política do Brasil, que a presente exposição visa comemorar. Esse registro agora é apresentado em dois catálogos: *Revolução do Porto | 1820* e *O Brasil nas Cortes de Lisboa | 1821*.

José Theodoro Mascarenhas Menck
Curador
Brasília, agosto de 2021



Dependência Econômica de Portugal

No final do século XVIII, Portugal era um país economicamente atrasado e culturalmente isolado, com recursos naturais limitados e modesto poderio naval e militar. No entanto, a julgar pelas aparências, usufruía de grande vantagem: tinha um império de âmbito mundial que se estendia por vários continentes. Os territórios portugueses de ultramar na Ásia, África e América, e sobretudo o Brasil, eram uma importante fonte de renda para a coroa.

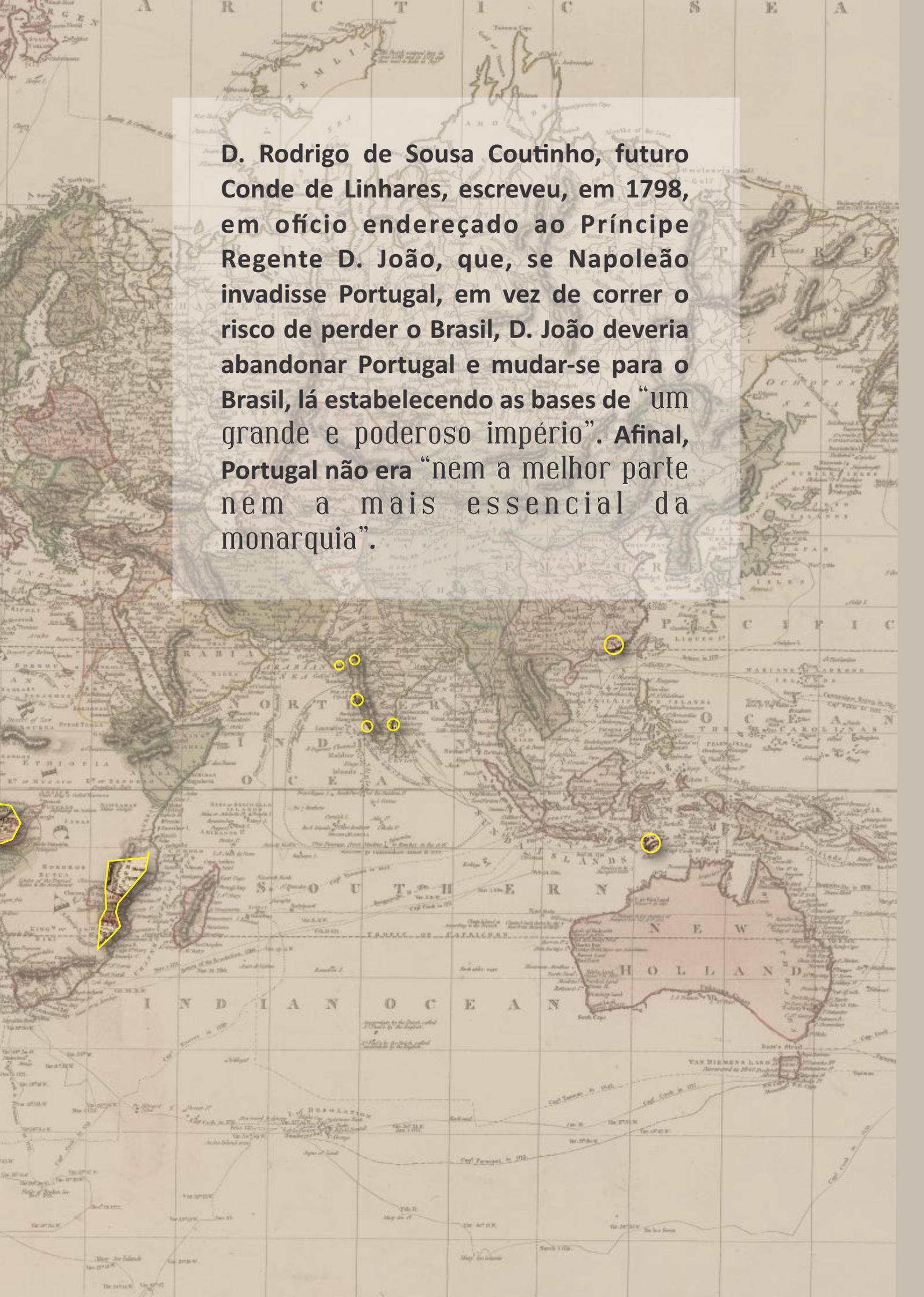
A historical map of the Atlantic Ocean, showing the Americas, Europe, and Africa. A white, cloud-like shape is overlaid on the map, containing text. The map is detailed with various geographical features, including coastlines, islands, and ocean currents. The text is centered within the white shape.

“Sem o Brasil, Portugal
é uma potência insignificante”

Martinho de Melo e Castro
Ministro Secretário de Estado de Portugal | 1779

“Um galho tão pesado
não pode ficar preso por muito tempo
a um tronco tão podre”

Robert Southey
Journal of a Residence in Portugal 1800 - 1801

A historical map of the world, likely from the late 18th or early 19th century, showing the Americas, Europe, and parts of Africa and Asia. The map is overlaid with a semi-transparent white box containing text. Several locations on the map are highlighted with yellow circles and rectangles. The text discusses a hypothetical scenario where Portugal is invaded by Napoleon in 1798, and a Portuguese nobleman suggests moving the capital to Brazil to establish a new empire.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, escreveu, em 1798, em ofício endereçado ao Príncipe Regente D. João, que, se Napoleão invadisse Portugal, em vez de correr o risco de perder o Brasil, D. João deveria abandonar Portugal e mudar-se para o Brasil, lá estabelecendo as bases de “um grande e poderoso império”. Afinal, Portugal não era “nem a melhor parte nem a mais essencial da monarquia”.



Portugal manteve, tanto quanto possível, um monopólio do comércio dentro do seu império, de modo que Lisboa e o Porto serviam de entrepostos das mercadorias não lusitanas exportadas para as colônias e dos produtos coloniais importados e reexportados para o restante da Europa.

As reexportações brasileiras, em especial açúcar e algodão, eram fundamentais para o equilíbrio da balança comercial do Reino. Seu principal parceiro comercial era a Inglaterra, que fornecia a Portugal - e indiretamente ao Brasil - produtos manufaturados. Durante os três primeiros quartéis do século XVIII, o ouro do Brasil foi outro importante item do comércio anglo-lusitano, porém, decaiu a olhos vistos no derradeiro quartel do século.

No período de 1791 a 1807, o comércio de Portugal com o resto do mundo registrou superávits todos os anos. A produção brasileira era responsável por 80% dos produtos exportados pelas colônias portuguesas e por 60% das exportações e reexportações de Portugal.

Destruição Física de Portugal

A derrocada de sua infraestrutura econômica

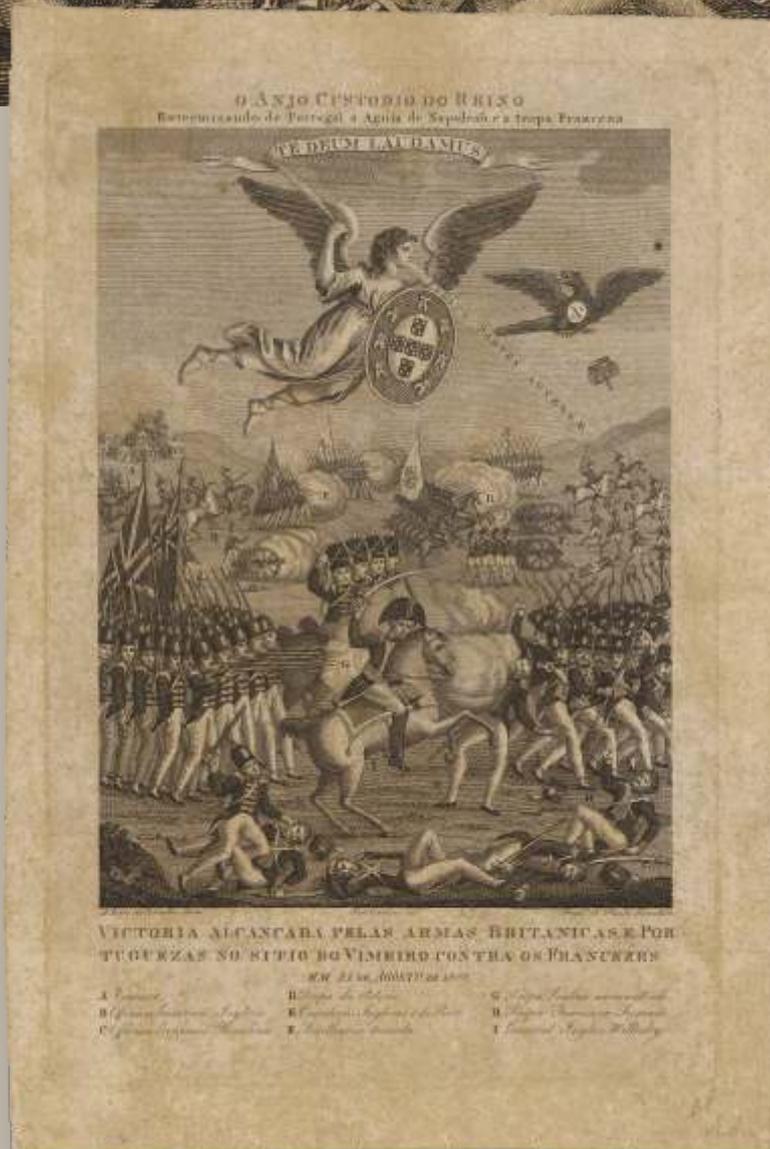
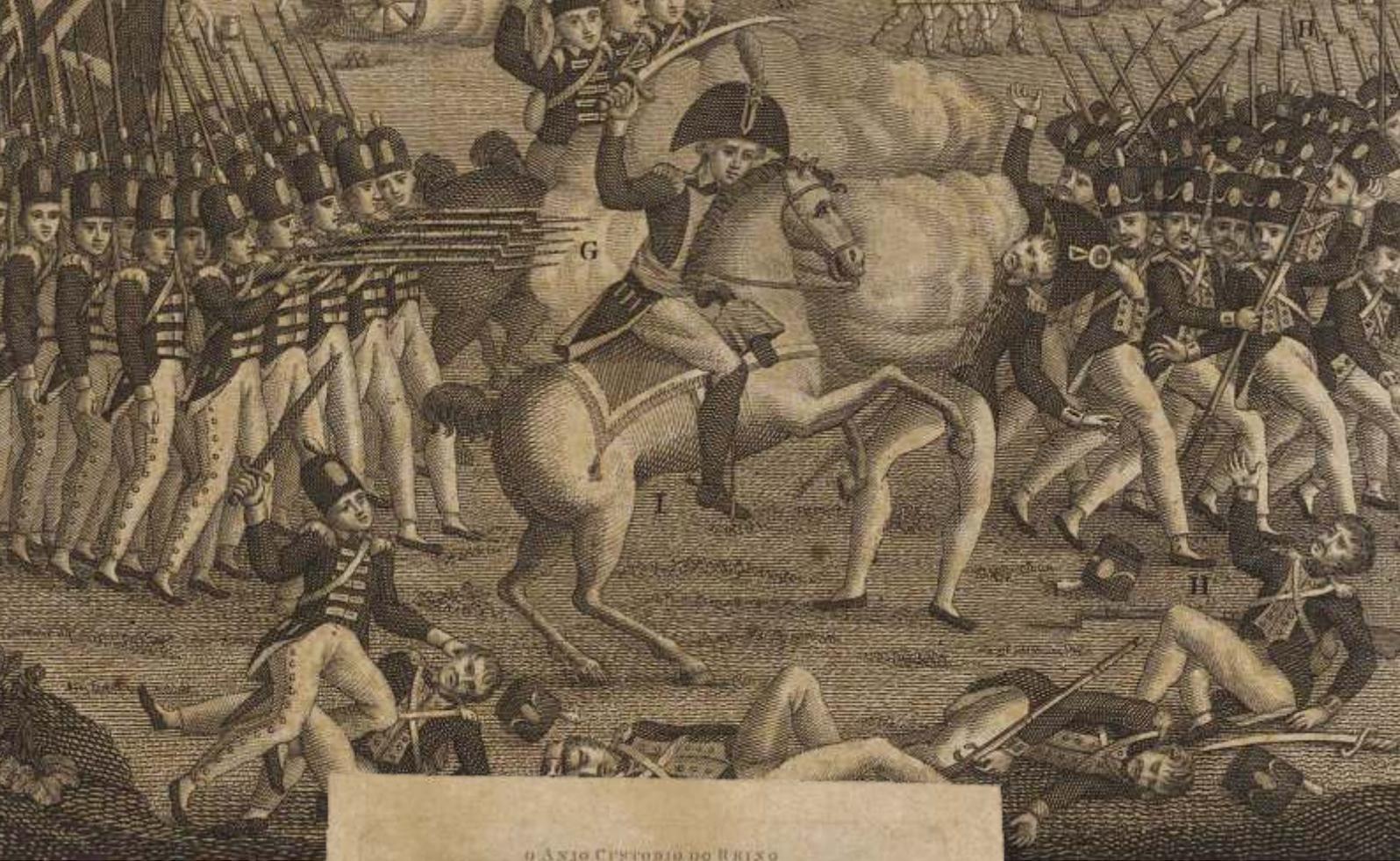
Durante o período que vai do último quartel do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, Portugal sofreu com duas guerras malsucedidas e sofreu três sucessivas invasões francesas, tendo, na fase final das Guerras Peninsulares, o seu território sido alvo da tática da terra arrasada. Foram elas:

- Guerra do Rossilhão: em que Portugal, aliado à Inglaterra e à Espanha, lutou contra a França revolucionária;
- Guerra das Laranjas: em que Portugal foi invadido pela França e pela Espanha, que mudara de lado se aliando à França durante a guerra do Rossilhão;
- Primeira Invasão Francesa - de 1808: em que a coligação franco-espanhola, sob o comando do General Junot, invadiu Portugal;
- Segunda Invasão Francesa - de 1809: quando as tropas francesas estiveram sob o comando do Marechal Soult;
- Por fim, Terceira Invasão Francesa - de 1810: ocasião em que as tropas invasoras estavam sob o comando do Marechal Massena.

Na derradeira fase das chamadas Guerras Peninsulares, Wellington, comandante em chefe das tropas anglo-lusitanas, adotou a tática militar da “terra arrasada”, o que significou a completa e absoluta destruição de todos os meios de subsistência e de produção que pudessem ajudar a manutenção das tropas francesas na região.



Arthur Wellesley,
1º Duque de Wellington,
por Robert Home.



Batalha do Vimeiro, por João Cardini, retratando a vitória alcançada pelas armas britânicas e portuguesas contra os franceses, no Sítio do Vimeiro em 21 de agosto de 1808.

Em suma, o destroçamento do comércio, a crise econômica, a completa destruição da infraestrutura produtiva do país, a ausência de uma liderança governativa nacional, a intervenção militar estrangeira e, por fim, a transferência dos impostos e ganhos da coroa para o Brasil levaram à exasperação muitos portugueses.

O Sinédrio e a Revolução Constitucionalista do Porto

Este estado de coisas é impossível que persista. Há de haver, necessariamente, revoltas e anarquias. Preparemo-nos para esse caso e formemos um corpo compacto, que apareça nessa ocasião para dirigir o movimento em prol do país e da sua liberdade.*

* Apud Jorge Duarte de Azevedo, *Portugal e Brasil: Dos Afonsinos aos Braganças. Origens, Governos, Leis e Justiça*. Brasília: Senado Federal, 2008, pág. 367.

A calamitosa situação econômica de Portugal foi o pano de fundo que contemplou a fundação, na cidade do Porto, de uma associação secreta cujos fins consistiam em preparar o ambiente para uma futura revolução liberal. A alma fundadora desta associação foi o Desembargador do Tribunal da Relação do Porto, Dr. Manuel Fernandes Tomás.

Adepto fervoroso dos ideais iluministas desde os tempos estudantis, o desembargador, aos 22 de janeiro de 1818, organizou com quatro companheiros uma associação de natureza secreta que viria a ser conhecida como “Sinédrio”, objetivando impedir um colapso das instituições então vigentes.

Manuel Fernandes
Tomás sendo
celebrado como
líder da Revolução
Liberal do Porto,
por Charles Legrand.

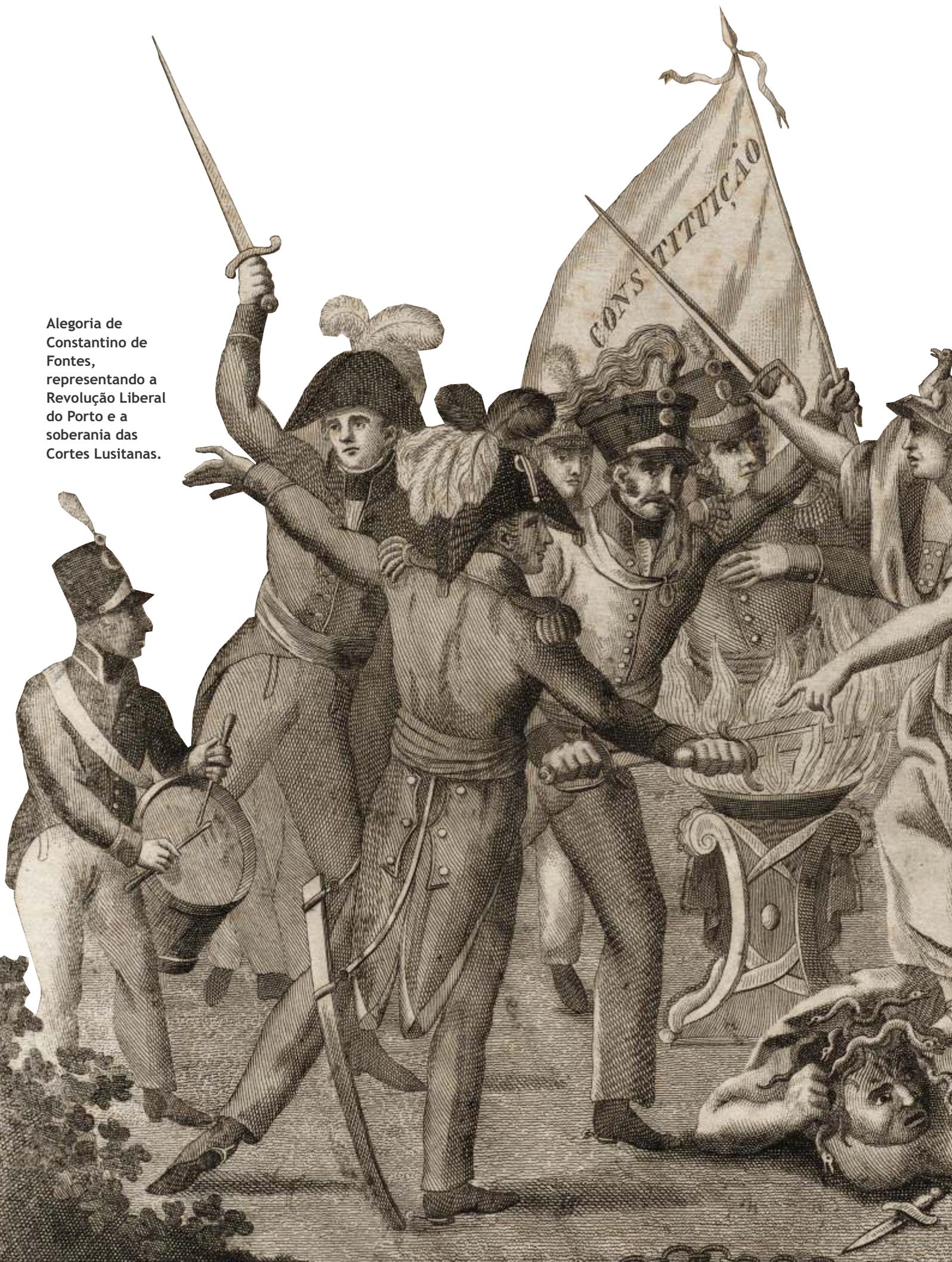


Em agosto de 1820, aproveitando-se da ausência do comandante em chefe do exército, o inglês Marechal Beresford, o Desembargador Manuel Fernandes Tomás, que receberia da posteridade o título de “Patriarca da Revolução Vintista”, fez os últimos preparativos e conquistou as últimas adesões.



Tudo a postos,
marcou-se o dia
da Revolução:
24 de agosto de
1820.

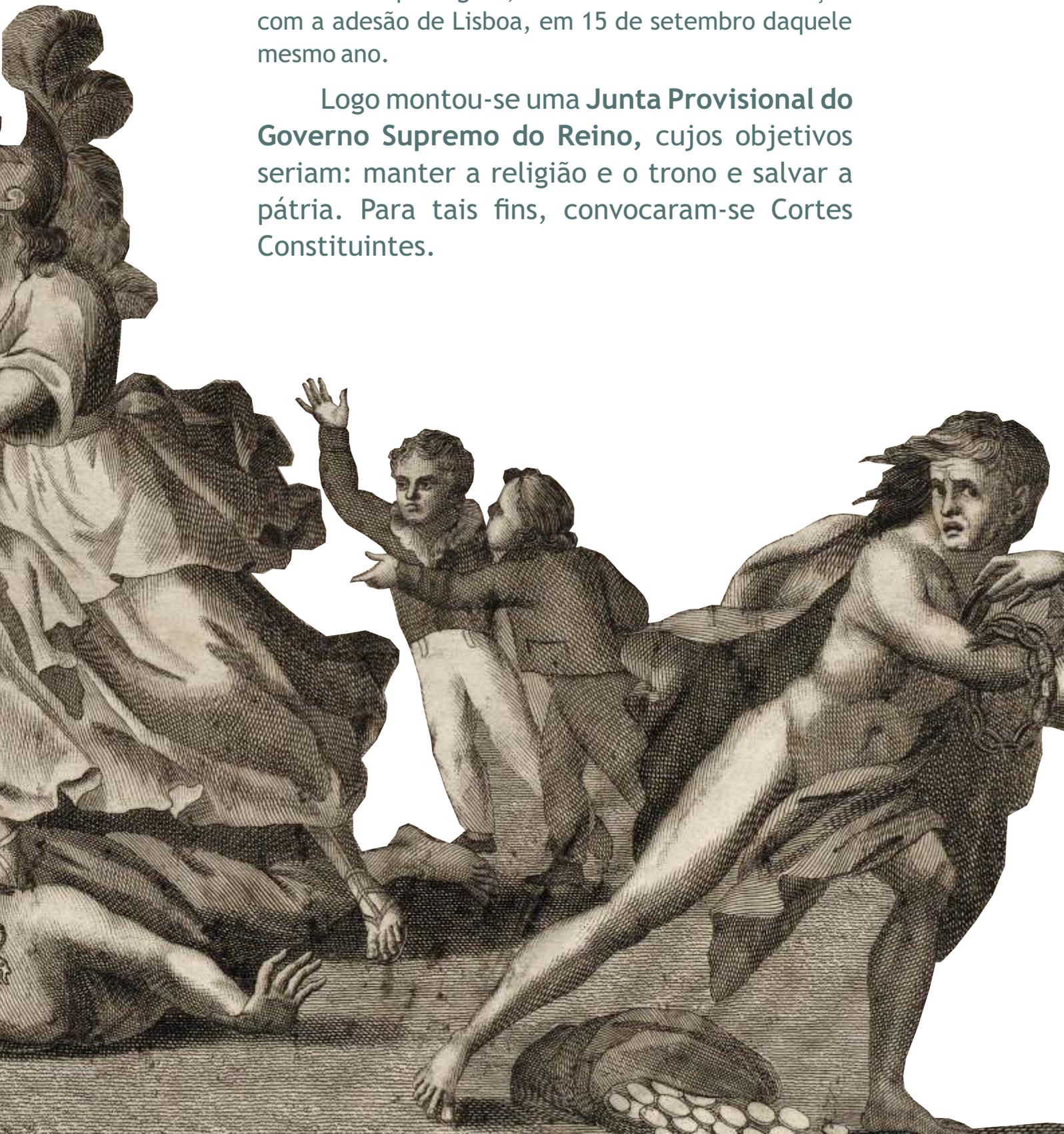
Alegoria de
Constantino de
Fontes,
representando a
Revolução Liberal
do Porto e a
soberania das
Cortes Lusitanas.



Nas primeiras horas daquele dia, foram lidas proclamações às tropas, nas quais apelava-se para o brio nacional e afirmava-se, também, a necessidade de reformas políticas.

Rapidamente, o movimento se espalhou por todo o território português, consolidando-se a Revolução com a adesão de Lisboa, em 15 de setembro daquele mesmo ano.

Logo montou-se uma **Junta Provisional do Governo Supremo do Reino**, cujos objetivos seriam: manter a religião e o trono e salvar a pátria. Para tais fins, convocaram-se Cortes Constituintes.





Portrait of a man, likely a monarch, shown in profile on a pedestal.

Statue of a king, holding a scepter, standing on a pedestal.

D. I.
Prin.
Rege.
J.
Pol.

Small circular emblem or seal at the bottom right corner.



Alegoria da vinda de Dom João VI, Príncipe Regente de Portugal, para o Brasil.



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

PRESIDENTE

Arthur Lira (PP/AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Marcelo Ramos (PL/AM)

2º VICE-PRESIDENTE

André de Paula (PSD/PE)

1º SECRETÁRIO

Luciano Bivar (PSL/PE)

2ª SECRETÁRIA

Marília Arraes (PT/PE)

3ª SECRETÁRIA

Rose Modesto (PSDB/MS)

4ª SECRETÁRIA

Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)

SUPLENTES

Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Gilberto Nascimento (PSC/SP)

Alexandre Leite (DEM/SP)

Cássio Andrade (PSB/PA)

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Secretaria de Comunicação Social

Centro Cultural Câmara dos Deputados

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Acácio Favacho (PROS/AP)

SECRETÁRIO DE PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS

Alex Santana (PDT/BA)

DIRETOR EXECUTIVO DE COMUNICAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

DIRETORA DO CENTRO CULTURAL

Isabel Flecha de Lima

NÚCLEO DE HISTÓRIA, ARTE E CULTURA COORDENAÇÃO

Clauder Diniz

CURADORIA

José Theodoro Mascarenhas Menck

PRODUÇÃO

Lucas Ramalho

REVISÃO

Maria Amélia Elói

PROJETO GRÁFICO

Ely Borges

IMPRESSÃO E MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO

WL Serviços e Comunicação Visual LTDA

MANUTENÇÃO DA EXPOSIÇÃO

André Ventorim | Edson Caetano | Paulo Titula | Wendel Fontenele

MATERIAL GRÁFICO

Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA

Informações: 0800 0 619 619 – cultural@camara.leg.br

Palácio do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados – Anexo 1 – Sala 1601

CEP 70160-900 – Brasília/DF

www.camara.leg.br/centrocultural

Brasília, agosto de 2021.

Créditos das imagens por ordem de aparição.

Mapas da David Rumsey Map Collection, David Rumsey Map Center, Stanford Libraries. Creative Commons.

Arthur Colley Wellesley, 1.º Duque de Wellington. Robert Home, 1815-1816. Acervo da Apsley House. Domínio Público.

Batalha do Vimeiro. João Cardini, 1808. Acervo da Biblioteca Nacional. Domínio Público.

Manuel Fernandes Tomás. Charles Legrand, 1841. Acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Domínio Público.

Manuel Fernandes Tomás (detalhe). Charles Legrand, 1841. Acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Domínio Público.

Alegoria representando a Revolução Liberal do Porto e a soberania das Cortes Lusitanas. Constantino de Fontes, cerca de 1820. Acervo da Sociedade Martins Sarmento.

Alegoria da vinda de Dom João VI, Príncipe Regente de Portugal, para o Brasil. Acervo da Biblioteca Nacional. Domínio Público.



 CÂMARA DOS DEPUTADOS

Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social